



# A luta do funcionalismo municipal de São Paulo contra a implantação da Sampaprev e o confisco de salário



**POR** | Partido Operário Revolucionário

 **MASSAS**  
EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIA



# Índice

|                                                                                         |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Apresentação .....                                                                      | 3  |
| 1. A reforma da previdência nacional<br>é uma exigência do capital financeiro.....      | 5  |
| 2. A posição proletária sobre o suposto déficit<br>da previdência municipal de SP ..... | 8  |
| 3. Principais acontecimentos do movimento<br>(março/dezembro de 2018) .....             | 24 |
| 4. Atuação da burocracia dos sindicatos .....                                           | 30 |
| 5. Atuação das correntes de oposição<br>e da Corrente Proletária .....                  | 35 |
| 6. Lições da greve .....                                                                | 39 |
| 7. Anexos: <i>Boletins dos dias 05, 21 e 26/12 e Carta<br/>Aberta à Oposição</i> .....  | 42 |



## **Apresentação**

Esse folheto é expressão da experiência prática dos militantes da Corrente Proletária na Educação durante as lutas travadas pelo funcionalismo municipal de São Paulo contra a reforma previdenciária imposta pelo governo no segundo semestre de 2018, o PL-621. Pretende analisar os acontecimentos do movimento grevista que teve início em março e sua retomada em dezembro de 2018. Na primeira fase, março de 2018, a classe se levantou em greve e determinou uma derrota ao então prefeito João Doria, obrigando-o a recuar da votação da SAMPAPREV. A segunda, já com o atual prefeito Bruno Covas, quando, apesar da disposição de luta dos servidores municipais, foi aprovada a reforma. Essas duas fases trouxeram muitas lições ao movimento e esperamos que estas sejam assimiladas para as próximas lutas que virão.

O contexto político em que se deu a luta contra a segunda investida do governo foi marcado pela definição da eleição para Presidente da República. Jair Bolsonaro/PSL assumiria, a partir de 1º de janeiro de 2019 a direção do País, com o claro propósito de fazer votar, em âmbito nacional, a reforma da previdência. A disputa acirrada com Fernando Haddad/PT no segundo turno colocou toda a es-

querda reformista e centrista em comunhão eleitoral com o PT. No final, como já se sabe, a ultradireita assumiu o poder do Estado.

Nesse cenário de derrota eleitoral da esquerda reformista e centrista é que se deu o embate do funcionalismo público municipal com a tropa de choque política do prefeito Bruno Covas/PSDB na Câmara dos Vereadores para a aprovação do PL-621.

Em março de 2018, com a pressão de mais de 100 mil servidores públicos nas ruas e em greve e com o cenário eleitoral, os vereadores foram obrigados a recuar. No entanto, mantiveram o projeto na Câmara, ou seja, não foi retirado como era a exigência dos grevistas. Esperaram até concluir o processo eleitoral e, imediatamente, colocaram para votação. Utilizaram o momento de esvaziamento do movimento, considerando que era final de ano letivo para a educação, para dar o golpe final.

Nesse sentido, o fim da greve em março, quando esta vivia o seu auge, sem a retirada da SAMPAPREV, foi um erro que resultou na aprovação do projeto que confisca o salário de todos os servidores com o reajuste da alíquota para 14% e a implementação da previdência complementar para os que ingressarão a partir de agora.

Em fevereiro, a luta continuará. Dia 4 de fevereiro terá início a greve unificada do funcionalismo municipal pela revogação da Reforma da Previdência Municipal. É preciso aprender com os erros para supera-los e, dessa forma, arrancar a vitória com a luta através do método da ação direta.

*Janeiro, 2019*

# **1. A reforma da previdência nacional é uma exigência do capital financeiro**

Bolsonaro venceu as eleições presidenciais e vem constituindo um governo ditatorial, apoiado nas Forças Armadas, na polícia e em organizações fascistizantes. Corresponde às tendências internacionais pela conformação de governos direitistas, francamente pró-imperialista e voltados a descarregar, por inteiro, a crise capitalista sobre os ombros das massas operárias e demais trabalhadores. É nesse marco que sua principal missão é fazer aprovar a reforma da previdência, cumprindo com a exigência do capital financeiro, que impõe o pagamento da dívida pública de quase R\$5 trilhões. Sendo que o Tesouro Nacional paga anualmente R\$300 bilhões só de juros.

Se aprovada, a reforma da previdência sacrificará ainda mais os assalariados, para salvar os banqueiros. Destruirá o sistema previdenciário público em favor do regime privado de capitalização em que o aposentado viverá apenas do que ele conseguir economizar, se assim o conseguir.

Essa é a verdadeira natureza da reforma previdenciária. Apesar do grande esforço da imprensa burguesa em defendê-la como a salvação do rombo fiscal dos governos - do federal ao municipal. Rombo este que, se de fato exis-

tir, não se deve aos pagamentos das aposentadorias de quem trabalhou a vida inteira em extensas jornadas e em péssimas condições de trabalho. Deve-se, sobretudo, ao pagamento da dívida.

A burguesia, governos e a imprensa esforçam-se enormemente para convencer os trabalhadores da necessidade da reforma, principalmente porque já fora dado provas vivas de que são contrários. Basta ver a Greve Geral de 28 de abril de 2017. E é justamente neste curso de resistência em que se enquadra a luta dos servidores municipais de São Paulo, ao longo de 2018. Uma vez que o governo de Ditadura Civil de Temer não conseguiu aprovar a reforma da previdência, passou-se parte dessa responsabilidade aos estados e municípios, para que a implementasse ainda que em partes. Caberá ao governo de Bolsonaro aprovar uma reforma mais geral e de ataque mais profundo.

A greve dos servidores municipais no primeiro semestre; a grande presença de professores nas assembleias às vésperas do encerramento do ano letivo; a radicalização no dia 26 de dezembro, que levou a quebrar as grades da Câmara Municipal, quase levando a ocupação da Câmara e, por fim, os mais de 4 mil servidores que votaram pela greve imediata na assembleia do mesmo dia 26, em que os vereadores aprovaram o confisco de 14% e a SAMPAPREV são fatos que mostram se manter viva a disposição de luta contra a reforma da previdência. Elementos que tornam mais que evidente a passividade das direções sindicais, que trabalham para desmontar os movimentos. A Greve Geral do dia 28 de abril de 2017 foi um exemplo dessa política.

Em todo o Brasil, em vários estados e municípios os servidores se chocam com os governos que tentam aplicar a qualquer custo a reforma previdenciária. Mas, apesar dessa disposição, os movimentos não estão conquistando suas reivindicações mais sentidas. Isso porque as direções sindicais e as correntes de esquerda (reformistas e centristas) lhes impõe uma política corporativa, diante de uma reivindicação geral. Além de apostarem na via parlamente-



ar para barrar os projetos de lei. A experiência do município de São Paulo é a prova de que essa via está fadada ao fracasso. Isso porque, na fase de decomposição do capitalismo, não é possível conquistar pelo parlamento reformas ou melhorias em benefício dos trabalhadores.

O PT, PSOL, PSTU e PCdoB estão à frente das principais centrais sindicais e por isso têm a obrigação de organizarem novamente a Greve Geral. Somente um movimento nacional será capaz de derrotar o governo de Bolsonaro. É preciso romper imediatamente com essa passividade. Os trabalhadores querem lutar, então que se reorganize os comitês de fábrica, de bairros, nas universidades, de modo a retomar a luta nacional contra a reforma da previdência.

O caminho da vitória do movimento não está na oposição parlamentar, mas em assumir os métodos da ação direta, subordinada à democracia operária, organizada nacionalmente para paralisar a produção. Nesse movimento estará a força necessária para derrotar o capital financeiro por trás de Bolsonaro que nos impõe a todo custo a reforma da previdência.

## 2. A posição proletária sobre o suposto déficit da previdência municipal de SP

Os vereadores de São Paulo desferiram um duro golpe sobre os servidores públicos no dia 26 de dezembro, aprovando o PL 621. Foram 33 votos favoráveis contra 17, na segunda votação. No entanto, os números comprovam: não havia e não há déficit na previdência. O que existe é o plano da burguesia de desmonte do sistema público e estatal de aposentadorias. O objetivo mal disfarçado, assim, continua sendo privatizar os fundos bilionários. Os revolucionários, por seu turno, não se deixam enganar: o problema real está na crise estrutural do capitalismo, a qual não pode ser resolvida com medidas técnico-financeiras. Não cabe aos trabalhadores oferecer “alternativas” para administrar o Estado burguês diante da ruína econômica. Cabe defender um sistema único de aposentadorias, público, estatal e sob controle dos trabalhadores, que pague mensalmente um valor igual ao salário mínimo vital.

### *O terror ideológico da “riodejaneirização”*

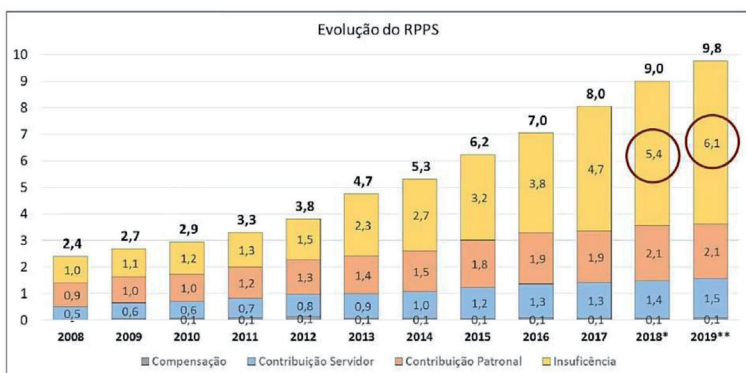
Para os governistas, que contaram com um amplíssimo apoio da mídia burguesa, a reforma foi aprovada com base em critérios “técnicos”, em favor da “saúde financeira” da

Prefeitura. Mais ainda, foi fundamental para evitar a “injustiça” de ter que aumentar os impostos sobre o conjunto da população. Essa seria a forma de compensar o “rombo” da previdência do funcionalismo, caso o PL não fosse aprovado. O vereador João Jorge (PSDB) chegou a afirmar: “Alguém precisa defender os outros 12 milhões de habitantes da cidade de São Paulo. Quem é que vai pensar em saúde, em educação, em habitação?”. O vereador Fábio Riva, também do PSDB, procurou destacar a decorrência supostamente positiva para os próprios servidores. De acordo com o parlamentar, a reforma garantirá o pagamento da aposentadoria dos mesmos. Por fim, não faltaram os gritos de alerta sobre a “riodejaneirização” das contas públicas da cidade de São Paulo, numa alusão à falência daquele estado.

O projeto foi sancionado pelo prefeito na manhã do dia seguinte à aprovação pelo Legislativo. No site da Câmara, o balanço feito foi de que o objetivo era “recuperar a capacidade de investimento da Prefeitura”. Eis a avaliação: “a situação da Previdência municipal [...] tem limitado os investimentos. Do total de R\$ 1,3 bilhão investidos, em 2017, apenas 320 milhões foram de recursos próprios. No mesmo ano, o déficit previdenciário foi de R\$ 4,7 bilhões”. A conclusão do prefeito Bruno Covas (PSDB) foi a seguinte: “esta é uma grande conquista para São Paulo. Hoje, 11% do Orçamento da cidade é usado para pagar cerca de 100 mil aposentados e pensionistas, que correspondem a 1% da população. Com a aprovação deste Projeto, vamos começar a conter o avanço do déficit, que não acaba. Ele continua a crescer, mas numa proporção menor. Sem a reforma, daqui a dois, três anos, teríamos problema para pagar os salários”.

A manobra discursiva tinha o claro objetivo de colocar a população contra os servidores, além de proporcionar um alibi para os 33 vereadores que votaram a favor do projeto. Vários deles repetiram em plenário a mesma justificativa, de que não dava para fingir que o rombo não existia. Essa frase virou quase um mantra.

A Prefeitura classificava como “insustentável” o aporte crescente do Tesouro Municipal à Previdência: estava previsto, para 2018, 9 bilhões de reais; para 2019, a estimativa é de 9,8 bilhões. Considerando os dois anos citados, a contribuição do servidor soma 1,4 e 1,5 bilhão de reais, respectivamente, e o valor da chamada “insuficiência” é de 5,4 (2018) e 6,1 bi (2019). Por “insuficiência”, nesse caso, entende-se justamente a parte “insustentável” da verba destinada pelo Tesouro, de acordo com o argumento do governo. Para ser mais claro: foi em cima desses 6,1 bilhões que se apoiou a gritaria governista.



Na boca dos vereadores da base de apoio do prefeito Covas, esses R\$6,1 bi compareciam como resultado e expressão de um sistema de “privilegiados”. Bem cômoda essa imagem para eles, que podiam despontar como arautos da justiça social e da equidade. Sabiam perfeitamente do respaldo desse tipo de discurso por uma parcela significativa da população, ainda mais diante da onda ideológica de direita que assola o país, representada pelo bolsonarismo. Durante as votações, os fãs do presidente eleito do PSL, de todos os matizes, estiveram presentes nas galerias, fazendo alarde. Não cansavam de repetir o gesto, que virou lugar-comum, imitando uma arma com os dedos, numa atitude francamente ameaçadora. Eram membros do MBL, do partido NOVO e gente paga para fazer volume à mirrada

torcida pró-reforma – tal como foi denunciado pelo mandato do vereador Toninho Vespoli (PSOL), através de um vídeo divulgado através das redes sociais.

### *A resposta da esquerda reformista*

As bancadas do PT e do PSOL votaram contra o PL, assim como o vereador e presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca, do PPS - além de mais alguns poucos parlamentares. Não cabe nesse artigo analisar as suas respectivas intervenções políticas durante todo o processo. Há que se compreender, isso sim, qual foi a resposta programática dada pelas esquerdas ao problema do suposto déficit. Começaram reclamando da insuficiência de dados e da pressa em aprovar o projeto (entre o natal e o ano novo), sugeriram que se esperasse a definição acerca da reforma na esfera federal e reivindicaram que se levasse em consideração a opinião de alguns especialistas, a exemplo dos professores Wagner Balera e Érica Cristina Rocha Gorga, que apontaram problemas na proposta do governo, inclusive envolvendo escândalos de corrupção no âmbito das operações Lava Jato e Greenfield.

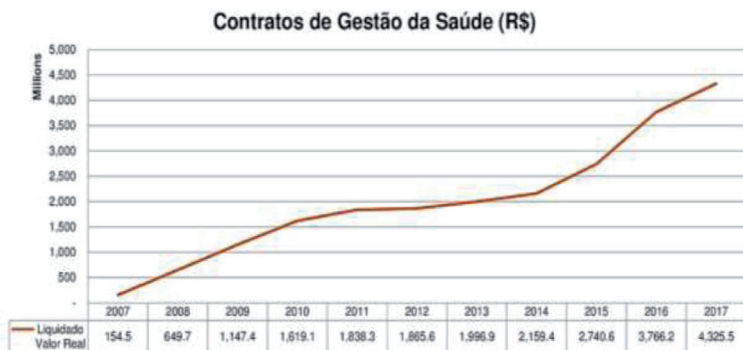
No centro do debate, no entanto, estava uma avaliação do significado dos 6,1 bilhões. A defesa das esquerdas se centrou naquilo que determina a Constituição. Esta fixa a concepção tripartite de financiamento do fundo previdenciário, que engloba as contribuições do trabalhador, do empregador (nessa situação, a própria Prefeitura) e do governo (impostos). Partindo desse fundamento, não cabia tratar os 6,1 bi como “déficit”, pois que o financiamento da seguridade social, a previdência aí incluída, contempla o aporte do Tesouro. O que se podia discutir, na perspectiva das esquerdas, era a dimensão desse aporte. Nesse campo político, a visão consensual, enquadrada numa concepção de gestão fiscal responsável, era de que a contribuição na proporção aproximada de três servidores da ativa para um inativo seria suficiente para dar equilíbrio ao fundo das aposentadorias.

E é nesse ponto que as bancadas contrárias ao PL indicavam a “balela” da “insuficiência”, afirmando, em oposição, a existência de um plano consciente de desmonte da previdência pública e estatal, já que se colocava uma interferência decisiva na proporção inativos-ativos, a partir da expansão da terceirização. Para sustentar essa afirmação, recorriam às informações fornecidas pela própria Prefeitura. A curva de gastos com pessoal (ver gráfico abaixo) mostrava um crescimento da proporção de inativos em relação aos ativos. Em 2011, a razão era de 27:73, próxima dos 25:75 (ou 1 para 3) considerada ideal. Piorou em 2018, chegando ao patamar de 38:62. A relevância dessas estatísticas reside no fato de que a diminuição do número de servidores da ativa afeta os cálculos da previdência, dado que o trabalhador terceirizado contribui com o Regime Geral (INSS), e não para o Regime Próprio de Previdência Social (IPREM). Em 2013, eram 135 mil servidores ativos, enquanto em 2017, eram somente 122 mil, uma perda de 13 mil.



Evidentemente, esse impacto da terceirização sobre a previdência era sabido desde antes de se consolidar a expansão dos contratos. E é essa antecipação que denunciava o caráter de plano consciente por parte do governo e dos empresários, o que, é claro, não excluía o interesse

imediatos dos capitalistas na terceirização em si, como mecanismo de rebaixamento do valor da força de trabalho. O vereador Antonio Donato (PT), líder da oposição na Câmara, publicou um gráfico (reproduzido abaixo), que fornecia dados interessantes a esse respeito, envolvendo as Organizações Sociais (OS) na Saúde. Estas foram criadas por Lei em 2005 e implantadas em 2006. Em 2007, consumiam 154 milhões de reais (valores atuais). Em 2017, consumiram 4,325 bilhões. Donato, então, sugeriu o seguinte exercício analítico: considerando que cerca de 10% fossem destinados a uma taxa de administração, praticamente todo o resto seria voltado ao pagamento de salários (enfermeiro, agente de saúde etc.). Isso daria cerca de 3,9 bilhões de salários, que, se fossem contabilizados no quadro do funcionalismo, renderiam, com os 11% que eram cobrados para o IPREM, cerca de 430 milhões para financiar a previdência municipal.



Donato completava o seu raciocínio recuperando um estudo da Fipe (tabela abaixo), contratado pela própria Prefeitura, de acordo com o qual o impacto financeiro causado pela elevação de 11 para 14% da alíquota sobre os salários dos servidores, como previa o substitutivo do PL 621, seria de 339,97 milhões de reais, em 2019. Portanto, inferior aos 430 milhões estimados pelo exemplo citado sobre as OS na Saúde.

**Quadro 10: Impactos Globais das Medidas Propostas para o Equacionamento do Passivo Atuarial**

| Medida                                    | Impacto Atuarial  | Impacto financeiro da medida/Deficit financeiro/aliquota suplementar do Município |                 |                 |                 |                 | Custo atuarial de transição |
|-------------------------------------------|-------------------|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------------------|
|                                           |                   | 2018                                                                              | 2019            | 2020            | 2025            | 2030            |                             |
| <b>Cenário Base</b>                       | 155.692,88        | 4.171,61                                                                          | 4.076,70        | 5.446,31        | 7.067,78        | 7.841,22        |                             |
| Aliquota do servidor em 14%               | 8.976,25          | 332,37                                                                            | 339,97          | 371,92          | 413,10          | 443,98          | 0,00                        |
| Aliquotas de 14% + 28%                    | 21.056,27         | 820,47                                                                            | 844,19          | 892,73          | 966,26          | 1.042,02        | 0,00                        |
| Previdência Complementar                  | 16.404,13         | -105,75                                                                           | -120,92         | 1.334,22        | 114,45          | -173,78         | -16.775,53                  |
| Adesão dos antigos à prev. Compl.         | 1.611,24          | -24,95                                                                            | -49,90          | -74,85          | -199,50         | -312,06         | -2.908,18                   |
| Segregação de Massas                      | 0,00              | -527,42                                                                           | -541,90         | -557,51         | -1.163,12       | -1.848,14       | -12.865,44                  |
| <b>Cenário com Medidas iniciais</b>       | <b>126.283,30</b> | <b>3.911,04</b>                                                                   | <b>3.819,61</b> | <b>5.170,72</b> | <b>7.443,18</b> | <b>9.050,53</b> | <b>-27.948,53</b>           |
| Aliquota suplementar 5%                   | 7.197,03          | 378,66                                                                            | 397,63          | 403,91          | 509,79          | 489,08          | 0,00                        |
| Dívida ativa (aporte de 50% do fluxo)     | 46.828,46         | 990,88                                                                            | 1.048,27        | 1.105,91        | 1.482,52        | 1.908,20        | 0,00                        |
| <b>Cenário com todas as medidas do PL</b> | <b>70.646,57</b>  | <b>2.566,45</b>                                                                   | <b>2.423,61</b> | <b>3.735,75</b> | <b>5.650,37</b> | <b>6.965,31</b> | <b>-27.948,53</b>           |
| Cenário do PL com segregação dinâmica     | 70.646,57         |                                                                                   |                 |                 |                 |                 | -6.325,85                   |

Fonte: Relatório Final FIPE, Pág. 70.

Para além dessa confrontação com os dados das OS na Saúde, sugerida por Donato, o próprio vereador, acompanhado pelo conjunto da bancada de esquerda, chamava a atenção para o peso desses cerca de R\$340 milhões em vista dos R\$6,1 bilhões de aporte do Tesouro. A conclusão era que a medida nem de longe resolveria o problema do suposto déficit, significando tão somente 5,5% do montante, aproximadamente. Apenas penalizaria o servidor, para quem o impacto presumido seria de pouco mais de 2.100 reais por ano, em média. Esse resultado era obtido dividindo-se os 339,97 milhões pelos 161.500 servidores (122.000 da ativa + 39.500 inativos que ganham acima do teto do INSS). Seria um verdadeiro confisco, o qual, somado à pesada carga tributária que os trabalhadores em geral já pagam, configuraria uma situação insuportável.

Seguindo na linha de contraposição ao projeto, a bancada de oposição optou por questionar a fala do prefeito Bruno Covas acerca da “recuperação da capacidade de investimento da Prefeitura”. Cláudio Fonseca contestou essa colocação em um artigo publicado no Estadão: “Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, um dos principais índices para retratar a situação fiscal de um ente é a relação de gastos com pessoal e Receitas Correntes Líquidas. Olhando para São Paulo, em 2016 esse percentual foi de cerca 38%, caindo para 36% em 2017 e mantendo em tendência de queda em 2018. É a menor relação dentro de todas as capitais e Estados. Não há descontrole fiscal motivado pelo



pagamento dos servidores municipais ativos e inativos”. O que se percebia aqui era uma resposta ao argumento da “riodejaneirização”. Donato também mencionou essa “estabilidade” dos gastos com pessoal nos últimos anos e acrescentou uma crítica à ausência de projetos para a educação, mobilidade urbana, saúde etc. A ideia era convencer os seus “pares” de que não havia necessidade de aprovar a reforma. Ao mesmo tempo, denunciar o governo pela adoção de uma medida confiscatória, que além de não saldar a “dívida” previdenciária, não resultaria em melhoria na qualidade de vida e dos serviços para os cidadãos paulistanos.

Essas considerações serviram de alicerce para a apresentação de propostas “alternativas” ao PL do governo. A mais ouvida foi a “taxação das grandes fortunas”. Uma variação desta foi exibida por Donato: a cidade de São Paulo possui mais de 3,3 milhões de imóveis, sendo 55 mil destes com valor venal acima de 2 milhões de reais (lembrando que o valor venal, que é aquele sobre o qual incide o imposto, é quase sempre bem menor que o valor de mercado). De acordo com o vereador, o IPTU é progressivo, mas a última alíquota é para imóveis acima de 1,2 milhão. Ou seja, a sua progressividade é limitada. A proposta seria criar mais três alíquotas sobre esses 55 mil imóveis com valor venal acima de 2 milhões. O impacto seria de 1,2 bilhões, taxando “somente os milionários”. O petista concluía sua “proposta alternativa” fazendo um apelo à não aprovação do PL, prescrevendo a receita de “outras formas de financiar a Prefeitura, de resolver o problema fiscal”.

### *Os limites da “alternativa” reformista*

Alguns aspectos gerais da intervenção política serviram para dar coesão à toda a esquerda reformista e centrista na luta contra o PL, conferindo até uma certa imagem “de luta” a tais correntes perante a base do funcionalismo. É de se observar que esses “consensos” constituíam, formalmente, pontos com os quais era possível ter acordo. Mas, o

contexto e a forma das colocações denunciavam o caráter oportunista em que estavam assentadas. Os discursos inflamados em plenário e nas redes sociais foram utilizados como ferramenta nessa direção, embora a votação em assembleia tenha desmascarado todas elas, ficando a cargo da Corrente Proletária na Educação, isoladamente, a única defesa que cabia naquele momento, que era não entrar em férias e erguer imediatamente a greve dos servidores públicos municipais.

Eis os ditos “consensos”: 1) questionar a existência do déficit; 2) denunciar a chantagem feita sobre o conjunto da população, com a ameaça de aumentar os impostos caso o PL não fosse aprovado; 3) desnudar a demagogia governista acerca da “recuperação da capacidade de investimento”, demonstrando o perfil da gestão peessedebista, de favorecer os mais ricos; 4) criticar a forma aligeirada como transcorreram o debate e a votação do PL, além das lacunas de fundamentação técnica; 5) rechaçar o terror ideológico presente na comparação com o Rio de Janeiro; 6) trazer à tona o lobby sobre os vereadores, realizado pelos banqueiros e empresários, interessados no sucateamento da previdência pública e, conseqüentemente, na privatização desses fundos; 7) apontar os efeitos nocivos da terceirização sobre o IPREM e 8) ficar ao lado dos servidores diante da repressão do lado de fora da Câmara no dia 26.

Está claro que as direções sindicais e os parlamentares oposicionistas realizaram, de maneira geral, uma defesa protocolar desses pontos, tendo em vista que se encontravam pressionados pela base. Afinal, o ataque sobre o funcionalismo era realmente severo. É verdade também que esses itens foram envolvidos por uma concepção eleitoreira. Era constante a palavra-de-ordem “se votar, não volta” dirigida aos vereadores. Foi possível perceber, inclusive, uma guerra não declarada entre os mandatos da oposição, para determinar quem iria tirar maior proveito da força social que vinha dos aguerridos servidores, com a óbvia intenção de converter isso futuramente em capital eleitoral.

Dai o predomínio do método da pressão parlamentar, do atrelamento ao calendário da Câmara, inclusive com uma trégua criminosa, do ponto de vista classista, durante o período eleitoral. Essa esquerda permaneceu presa à via pacífica e institucional, ao mesmo tempo em que, desde os organismos de massa, mantinham na prática uma política corporativista e burocrática.

Além desse balanço político, é preciso sublinhar os equívocos no que respeita ao problema das finanças do município. Um dos pontos frágeis se encontra na suposição relacionada à terceirização. Donato afirmou que seria o caso de retomar os concursos, com o objetivo de aumentar a proporção de ativos em relação aos inativos, medida que resultaria no aumento do recolhimento para o IPREM. Como se pôde ver acima, chegou até a apresentar um cálculo relacionado às OS na Saúde. Os governistas, porém, poderiam afastar essa hipótese com a alegação do “cobertor curto”, colocando sobre a mesa a consequente elevação dos gastos com pessoal. Afinal, é sabido que os terceirizados “custam menos” – o que, em si, torna a terceirização indefensável desde um viés classista, pois o “custar menos” é sinônimo de reforço da superexploração, com salários arrochados, direitos a menos e nenhum vestígio de estabilidade.

Verdade seja dita, o fato é que o vereador Donato pertence a um partido que dirige o movimento de massas no Brasil desde o fim da ditadura militar, no começo dos anos 80. O PT, nessa trajetória, abriu mão de vários princípios elementares da classe operária. Um deles, relacionado à defesa da força de trabalho, está justamente na questão da terceirização. Passou a admitir a terceirização das atividades-meio e, no poder, a defendeu, aplicou e ampliou (Temer a estendeu para as atividades-fim). Dai a conclusão de que a proposta do Donato adquiriria um tom incontestavelmente hipócrita. O mesmo vale para a sua proposta de “taxar os milionários”, criando faixas a mais de alíquota na cobrança do IPTU, tal como explicado acima. Ora, por que

os petistas não colocaram em prática essa ideia quando Erundina, Marta e Haddad governaram a cidade?

Não se pode permitir, por outro lado, que essas críticas específicas se sobreponham à análise da principal distorção presente na resposta dos reformistas e centristas em geral. Estes defendem “políticas alternativas” de administração pública, propostas de “gestão fiscal responsável”, baseadas nas manobras legislativas e no princípio da “boa governança”. Ou seja, estão todos inseridos no quadro das disputas por dentro do Estado burguês. Está aí a deformação estratégica central com a qual os revolucionários jamais irão compactuar. Torna-se ainda mais visível, em um cenário de aprofundamento da crise estrutural do capitalismo, a inviabilidade de se obter reformas progressistas, a partir de um “acúmulo de forças”, com o propósito de ir solucionando, pacífica e paulatinamente, os problemas estruturais do país e ir melhorando as condições de vida dos pobres e oprimidos.

Nesse sentido, a menina dos olhos dos reformistas, dado o contexto de debate sobre a questão previdenciária, é a proposta de taxação das grandes fortunas, com suas variantes. Com ela, alimenta-se a ilusão de que é possível “distribuir renda” e promover “justiça social” sob o capitalismo. O contraste com a realidade atual do Brasil é gritante. Ao invés do “Estado Democrático de Direito”, por onde se processariam as “disputas” em torno das “reformas” ditas progressistas, o que se tem é o governo ditatorial, militarista, religioso e fascistizante de Bolsonaro, ao lado de Doria e Covas, no estado e município, respectivamente, governos francamente pró-capitalistas, entreguistas, privatistas e reacionários. Os explorados estão perdendo direitos e é justamente o Estado burguês o vetor das medidas antinacionais e antipopulares. Não é possível que alguém realmente acredite na possibilidade da Câmara Municipal, ou mesmo da ALESP ou o Congresso Nacional, com as suas composições marcadamente conservadoras, aprovarem a taxação sobre as grandes fortunas!

O fracasso da experiência mais avançada do reformismo brasileiro, que foi justamente a passagem do PT pela presidência, com Lula e Dilma, revelou a inviabilidade histórica da democracia burguesa no país semicolonial. Mas, nem precisaria ir tão longe: a própria derrota no parlamento municipal em relação ao PL 621 comprova a tese da inviabilidade de se promover “justiça social” através desse mecanismo, isto é, “por dentro” da máquina estatal capitalista. No lugar de aprovar a proposta de Donato, de “taxar os milionários” alterando as alíquotas do IPTU, os vereadores aprovaram o confisco sobre os servidores. Não houve “convencimento” dos “pares”.

Na verdade, ficou claro que o voto dos parlamentares se deu não por bons argumentos, nem por critérios técnico-financeiros, mas por atender aos interesses gerais da burguesia, por satisfazer as necessidades corporativistas de frações do capital, pela intervenção poderosa dos lobistas e, finalmente, por representar um passo gigantesco no plano de desmonte da previdência pública e estatal, que, por sua vez, está claramente ligado ao objetivo de entregar os fundos milionários das aposentadorias à iniciativa privada. Não é à toa que o Itaú e representantes de outros bancos tenham acompanhado tão de perto essa votação. Aliás, esse roteiro neoliberal já virou clichê: sucateia o público e depois usa o sucateamento como justificativa para entregar a preço de banana para certos grupos capitalistas, obviamente associados àqueles que, incrustados no Estado, foram justamente os responsáveis pela lambança. Tudo amarrado, num plano consciente.

Essa é, diga-se de passagem, a lição que se deve tirar acerca da questão da terceirização. Com certeza havia, por parte dos agentes da burguesia, o conhecimento prévio quanto ao impacto da terceirização sobre o IPREM. Em seus cálculos, figurava a possibilidade de arrancar lucros em três frentes: 1) reduzindo custos do Estado, pois poderiam dirigir essas verbas para favorecer determinados grupos empresariais (as disputas ao redor das fatias do

orçamento entre as frações capitalistas no Estado são duras); 2) abrindo um nicho no setor de serviços, ocupado pelas empresas terceirizadas, as quais, todos sabem, parasitam o Estado e ganham rios de dinheiro submetendo seus empregados a uma brutal exploração e 3) aprofundando artificialmente os desequilíbrios nas contas públicas, fabricando conscientemente o argumento do “déficit” na previdência, com vistas na privatização.

Daí o caráter inócuo da política de apresentação de “propostas alternativas”, seguindo o jogo parlamentar. De nada valeram as lamúrias dos pessolistas Toninho Vespoli e Sâmia Bonfim na reta final da aprovação do projeto, que se disseram “envergonhados” por fazer parte daquela Casa. Envergonhados ou não, o fato é que as suas intervenções se mostraram quixotescas. A única força capaz de derrotar o governo estava do lado de fora da Câmara.

### *A posição proletária sobre a questão do déficit*

O ponto de partida deve ser inserir a situação previdenciária no quadro mais amplo de derrocada econômica. É um fenômeno mundial. O que se vê, por toda parte, é a burguesia aplicando os chamados planos de ajuste, que nada mais são do que cortes orçamentários e medidas de favorecimento ao capital, atingindo com particular força os setores sociais. São as manifestações concretas da crise estrutural do capitalismo, na base da qual se encontra a contradição entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Como diz o Programa de Transição (1938): “As novas invenções e os novos progressos técnicos não conduzem mais a um crescimento da riqueza material. As crises conjunturais, nas condições da crise social de todo o sistema capitalista, sobrecarregam as massas de privações e sofrimentos cada vez maiores. O crescimento do desemprego aprofunda, por sua vez, a crise financeira do Estado e mina os sistemas monetários estremecidos. Os governos, tanto democráticos quanto fascistas, vão de uma bancarrota a outra”.

A concentração monopolista é tão exorbitante, que dá origem a uma fabulosa massa de valores que não pode ser aplicada na produção, permanecendo como capital parasitário. Durante os períodos de acirramento das crises cíclicas, coloca-se como necessidade à burguesia, diante da superprodução, procurar novos ramos e nichos para valorizar seus capitais. E faz parte dessa procura a ofensiva sobre os setores estatizados, a exemplo da educação básica e da previdência pública no Brasil.

Daí o equívoco dos reformistas de atribuir todo o problema à má gestão das finanças municipais, bem como à tese da sabotagem envolvendo a expansão da terceirização, o que comportaria a solução fácil da “boa governança”. É o que se depreende da proposta do vereador Donato: bastaria adotar medidas pontuais, como interferir na relação inativos-ativos, ampliando os concursos públicos, ou mesmo sobretaxar os milionários. Nesse sentido, a política reformista se coloca, no âmbito discursivo, como um equivalente da política burguesa governista, posto que esta também sugere um antídoto meramente administrativo, no caso, o aumento da alíquota e demais aspectos reunidos no PL.

Porém, a fabricação do déficit não é causa, é uma fraude. O problema real está no apodrecimento do modo de produção capitalista, que ameaça a humanidade inteira com o avanço da barbárie. Barbárie que se manifesta de muitas maneiras, como as guerras, a fome, o desemprego e a destruição de conquistas históricas dos oprimidos. Foi através de muita luta que se ergueu, em cada país, sistemas de proteção aos mais necessitados, aí incluída a previdência. A liquidação do sistema público de aposentadorias condenará milhões de trabalhadores à mais absoluta miséria, após uma vida inteira de trabalho. Em São Paulo, Bruno Covas deu um passo nessa direção ao atacar o Regime Próprio do funcionalismo, mas é sabido que o presidente recém empossado, Bolsonaro, promete aplicar uma reforma ainda mais severa no âmbito federal, sobre o Regime Geral (INSS).

Seu governo também necessitará mentir à população sobre um suposto déficit na previdência. O ministro Guedes já prepara a entrega dos fundos públicos aos bancos, com seu modelo de capitalização. A privatização da previdência responde à sanha expansionista do capital. Na verdade, não há um projeto do Covas, outro dos governadores e mais um do Bolsonaro. O que existe é um plano só, ditado pelo imperialismo, que pode ser fatiado em várias instâncias administrativas. O próprio Temer abriu o bico, deixando escapar essa constatação: logo que foi obrigado a retirar temporariamente o seu projeto de reforma da previdência, ocasião em que anunciou a intervenção federal sobre o Rio de Janeiro, disse que deixava aos estados e municípios que cumprissem essa tarefa. Por trás da reforma se encontra, portanto, a dívida pública extorsiva. O que o capital financeiro exige é que o Brasil corte na própria carne, sangrando mais os oprimidos, para que se garanta o pagamento em dia dos juros.

Não cabe aos trabalhadores oferecer “alternativas” para gerenciar o Estado burguês. Diante do suposto déficit, a palavra-de-ordem deve ser: que os capitalistas arquem integralmente com o pagamento das aposentadorias. Não cabe cair na ladainha reformista da composição tripartite dos fundos. A mais-valia extraída da classe operária é mais do que suficiente para sustentar não só o período de uma, mas de várias existências de todos os trabalhadores. O valor pago mensalmente aos aposentados, inclusive, não pode ser inferior ao salário mínimo vital, que deve cobrir todas as necessidades do trabalhador, ativo ou inativo, e de sua família, valor que deve ser calculado pelas assembleias de base (o DIEESE estima, hoje, que esse salário deveria girar em torno de 4 mil reais).

Os explorados têm que defender um sistema único de aposentadorias, público, estatal e sob controle dos trabalhadores. Essa consigna deve estar inserida no contexto geral de defesa das condições de vida e de trabalho da maioria, com a mobilização massiva e unitária, no campo



da independência de classe. E os próprios servidores municipais já demonstraram isso com a sua experiência. No primeiro semestre de 2018, fizeram uma greve ativa, com manifestações multitudinárias, colocando 100 mil pessoas nas ruas, e o resultado foi uma vitória temporária sobre o governo. No final do ano, devido à política vacilante e traidora das suas direções, a greve do funcionalismo não saiu do papel e os 100 mil não compareceram em frente à Câmara de novo. A política de pressão parlamentar, então, mostrou-se inútil e o PL foi aprovado, em que pese a resistência daqueles que acertadamente abriram mão de suas férias.

Os servidores terão que seguir na trilha aberta pela experiência da mobilização de março de 2018, assim como da greve geral de abril de 2017. Ou seja, terão que recorrer ao método da ação direta e à mais ampla unidade. Essa luta se dará em um contexto diferente, com um cenário marcado pela ditadura bolsonarista. A tarefa colocada é partir das reivindicações mais sentidas (emprego, salários e direitos) e fazer a ponte com as bandeiras mais gerais do programa anticapitalista e anti-imperialista.

### **3. Principais acontecimentos do movimento (março/dezembro de 2018)**

No dia 27 de Março/2018 quando a greve atinge seu pico mais alto, chegando a mais de 90% de adesão nas escolas, impulsionando a paralisação dos demais setores do funcionalismo, com uma deliberação importante de parar a cidade no dia seguinte com manifestações de rua em todas as regiões, a burocracia sindical, das diversas entidades, tendo como seu porta-voz principal o vereador e presidente do Sinpeem Claudio Fonseca/PPS, defende o seu fim mediante a proposta dos vereadores de suspensão da tramitação do PL 621 na câmara por 120 dias para seu estudo.

Vale lembrar que a assembleia que aprovou o fim da greve, ocorreu no início da noite após um dia inteiro na frente da câmara municipal, momento em que já se encontrava bastante esvaziada. Além da pouca representatividade se comparado com a primeira assembleia no início da tarde deste dia, que contava com mais de cem mil trabalhadores, foi mais uma assembleia em que a democracia operária foi golpeada pela burocracia do Sinpeem, impedindo que qualquer outra proposta de continuidade do movimento grevista pudesse ser defendida.

Sobretudo, além desse primeiro golpe, o movimento contra a SAMPAPREV sofreu outros que culminaram na aprovação do projeto no dia 26 de dezembro:

- 1) IMOBILISMO: as direções sindicais, após por fim à greve, nada mais fizeram para manter os trabalhadores mobilizados contra a SAMPAPREV. Pelo contrário, apoiou-se na “trégua” dada pelo governo, iludindo a classe de que estava ganhando tempo, pois os 120 dias nem haviam começado a ser contados.
- 2) ELEITORALISMO: o 29º Congresso do Sinpeem, que ocorreu em outubro/2018, abriu mão de armar os trabalhadores contra a ofensiva do governo. Seu centro girou em torno das disputas eleitorais de 2018. As discussões e ações promovidas pela vanguarda voltaram-se, completamente, para a falsa necessidade, criada pelas correntes reformistas e centristas (PT, PSOL, PSTU, MRT etc), de barrar o “fascismo” por meio do voto útil em Haddad/PT. A conclusão não poderia ser outra, com a classe desmobilizada, o prefeito Bruno Covas/PSDB, se encontrou fortalecido para retomar o ataque a previdência dos servidores municipais.
- 3) ATAQUE A DEMOCRACIA OPERÁRIA: mal findaram as eleições, o PL- 621/16 volta à tona, sendo publicado em diário oficial no dia 14 de novembro. O prazo de 120 dias passa a ser de 30 dias. E o que fez a burocracia sindical? Aplicou mais um golpe aos trabalhadores, descumprindo uma deliberação de assembleia, que era de retomada imediata da greve quando o PL fosse posto em pauta novamente na Câmara. Ao invés de convocar imediatamente a greve em novembro, subordinou novamente o movimento ao calendário da câmara municipal.
- 4) ILUSÃO NA PRESSÃO PARLAMENTAR: mesmo diante da falácia de que o grupo de estudos teria 120 dias para apresentar uma contra proposta ao projeto original, a burocracia seguiu iludindo a categoria com a luta em torno da câmara municipal, convocando as-

sembleias para datas prováveis de votação do PL, ou seja, subordinando novamente o movimento à pressão parlamentar, por meio da bandeira do “se votar, não volta”, só que desta vez sequer em greve, apenas com assembleias que foram convocadas para os dias 5/12, 21/12 e 26/12.

### *As últimas Assembleias do ano de 2018*

- **A assembleia do dia 05/12** foi completamente cercada. Nenhuma corrente de oposição à burocracia sindical pôde se expressar. Foi encerrada por Claudio Fonseca com a mesma proposta demagógica de que se o PL entrasse em votação a greve seria decretada imediatamente. Não havia sequer um calendário de mobilização independente convocado pelo Sinpeem. Segundo a burocracia sindical, deveríamos aguardar os próximos passos da câmara de vereadores para saber para que lado se mover.

Após encerrada a assembleia, foi aberto para as intervenções no carro de som no decorrer da passeata até à prefeitura. E então, foi anunciado no percurso, que haveria uma audiência pública no dia 21/12, motivo pelo qual a burocracia convocou nova assembleia para essa data.

- **A assembleia de 21/12**, último dia do calendário letivo da educação, contou com cerca de 10 mil manifestantes. Esta assembleia foi transformada em uma vigília de aproximadamente 12 horas na frente da câmara municipal. Foi um ato passivo, pois não houve, de fato, uma assembleia para deliberar por uma ação concreta. O calendário da Câmara, segundo o jornal Estadão, era de votação apenas entre os dias 26 e 29 de dezembro, quando encerrariam os trabalhos dos vereadores. No entanto, esse dia marcou o início da manobra do governo para aprovar a reforma. Os vereadores utilizaram o costumeiro mecanismo de enrolação: retardaram os trabalhos até que não houvesse mais condições de re-

ação da classe. Na madrugada do dia 22, instalaram uma sessão extraordinária e fizeram a 1ª votação do PL. Diante deste fato, a burocracia sindical apenas convocou todos os servidores para estarem no dia 26/12, já com a certeza de que a 2ª votação do PL iria ocorrer.

- **Na assembleia de 26/12**, os manifestantes começaram a chegar a partir das 10 horas da manhã, quando ocorreriam as discussões sobre a reforma previdenciária. Foi autorizada a entrada de apenas 67 representantes do funcionalismo e um número semelhante dos apoiadores do PL-621, compostos majoritariamente pelos direitistas do MBL. A Corrente Proletária contou com representantes na galeria. Com gritos e palavras de ordem, os servidores tentaram impedir o prosseguimento dos trabalhos. Porém, sem consequências práticas. Os vereadores contrários ao projeto (PSOL e PT) e o presidente do Sinpeem, Cláudio Fonseca/PPS, utilizaram a tribuna na tentativa de “convencer” a base do governo não votar esse ano. Vergonhosamente, o principal argumento utilizado era de que em 2019 o governo federal iria colocar a Reforma da Previdência para ser votada, exigindo mudanças no cálculo da previdência dos municípios. Por isso, não havia pressa em aprovar o PL neste momento.

Em frente à Câmara de Vereadores, crescia o número de manifestantes. Anunciou-se a presença de 50 mil servidores. Uma forma de pressionar os vereadores do governo a abandonarem a ideia de votar o projeto ainda em 2018. No entanto, a votação já havia sido previamente acordada entre governo e partidos da base do governo (o que inclui o partido de Cláudio Fonseca). Também já estava acordada com os banqueiros e com as frações da burguesia interessadas em colocar a mão no dinheiro do servidor.

A manobra dos vereadores e do governo foi de alterar o conteúdo do PL como forma de “abrandar” o ataque. Ao invés dos 19% contidos no projeto inicial, mantiveram o

confisco de 14%. Retiraram, ainda, a proposta do sistema de capitalização para os atuais servidores. Mas, não abriram mão de estabelecer o teto máximo de aposentadoria (referência do INSS) para os novos servidores. A partir das 13 horas os manifestantes, enfurecidos pela certeza de que o projeto iria a plenário para ser votado, passaram a enfrentar a polícia. Forçaram a derubada do portão de acesso à Câmara com o objetivo de ocupar o plenário. Foram contidos com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Mesmo assim conseguiram colocar o portão abaixo. No entanto, não conseguiram penetrar no interior da Câmara. No plenário, os vereadores da oposição anunciavam a violenta repressão aos servidores. Muitos ficaram feridos. O cheiro do gás lacrimogêneo invadia os acessos da Câmara. Os vereadores não se sensibilizaram com a situação, mas ao contrário, foram coniventes, uma vez que a repressão foi a forma de garantir a aprovação da reforma previdenciária municipal. Colocaram imediatamente o projeto para ser votado. No final, a derrota se confirmou. Dos 50 vereadores presentes, 33 votaram a favor e 17 votaram contra. Estava concluído o golpe aos servidores. A SAMPAPREV e o confisco dos salários foram aprovados.

Diante disso, a assembleia aprovou a greve unificada do funcionalismo para 4 de fevereiro pela revogação da reforma da previdência municipal de São Paulo.

A vitória do governo, no dia 26/12, deve ser assimilada pelos trabalhadores como a derrota da tática da pressão parlamentar e neste terreno a responsabilidade é exclusiva de suas direções, que não organizaram a retomada do movimento grevista quando o PL foi recolocado em novembro. Como se não bastasse, todos os golpes empunhados pela burocracia sindical, o dia 26 foi também marcado por mais um adiamento da luta, agora para o dia 4 de fevereiro, com o argumento de que a Educação estaria majoritariamente em férias neste período.

No caminhão de som, diante de milhares de manifestantes, a Corrente Proletária na Educação defendeu a greve imediata, com a formação de comandos unitários com os demais setores do funcionalismo que não estariam de férias. Defendeu a ida aos hospitais, aos cemitérios e a paralisação desses serviços até a revogação da reforma.

A outra proposta era greve somente a partir de 4 de fevereiro. Foi defendida pela corrente Resistência (antigo MAIS). Neste caso, não foi necessário o burocrata/vereador Cláudio Fonseca fazer a defesa. A assembleia, por maioria, aceitou a proposta do adiamento da luta. No entanto, uma boa parte dos trabalhadores, cerca de 4 mil, votaram na proposta de greve imediata. E, ao término da votação, os mais radicalizados chegaram a criticar verbalmente o imobilismo da corrente Resistência e da direção majoritária do Sinpeem.

Apesar de divergir dos métodos que conduziram esta luta até aqui, acatamos a decisão da assembleia e nos colocamos na linha de frente para pôr abaixo a SAM-PAPREV por meio da greve unificada do funcionalismo municipal. No próprio dia 26 de dezembro soltamos uma carta aberta a todas as correntes convocando para uma plenária unificada, independentemente do resultado da votação do PL, pois entendíamos que era urgente a vanguarda se reunir para organizar os próximos passos da luta. A plenária ocorreu, mas somente com a participação da Corrente Proletária.

Temos a clara certeza de que o servidor público municipal não pode baixar a guarda, mesmo diante dessa derrota que nos foi imposta. A categoria resistiu bem e deve se manter organizada, pois nos está colocada imediatamente a luta pela revogação do PL-621, assim como, lutarmos contra a reforma da previdência federal, do governo fascistizante de Bolsonaro.

## 4. Atuação da burocracia dos sindicatos

Os servidores estavam representados por diversos sindicatos: Sinpeem, Aprofem, Sedin, Sinesp (da educação) e o Sindsep (dos demais servidores). Os conflitos entre as burocracias eram evidentes. Cada uma em seu carro de som buscava controlar a assembleia. A unidade de fato ocorria apenas com a base que corria o risco de ter seu salário confiscado. O único elemento de convergência entre as burocracias sindicais era a tática da pressão parlamentar, com apoio explícito aos seus mandatos dentro da Câmara.

O Sinpeem, que representa a maioria dos servidores da educação e, conseqüentemente, dos servidores municipais controlava os ânimos dos manifestantes. A disposição de radicalização da base e seu apoio à ocupação da Câmara era contida pela ação pacifista da burocracia. Contava com a performance de seu vereador e presidente do sindicato Cláudio Fonseca/PPS, e base do governo Covas/PSDB, porém contrário ao projeto. Os outros burocratas seguiam o mesmo ritmo.

A burocracia não moveu uma palha para organizar a greve já em novembro, quando os vereadores deram o golpe no Grupo de Estudo. Iludiu a classe de que conseguiria prorrogar a votação para 2019, quando os servidores da educação retornariam de suas férias. Convocou um ato para o dia 05/12 e, após pressão da Oposição, converteu



em assembleia com paralisação. Seria o segundo momento para que a burocracia convocasse a greve do funcionalismo. No entanto, continuou iludindo os trabalhadores de que era possível modificar a situação apenas com a pressão parlamentar.

No dia 26, a tática defendida sistematicamente pela burocracia sindical demonstrou seus limites. Os vereadores, mesmo sob a pressão de milhares de trabalhadores e valendo-se a repressão policial, votaram o PL que confisca salário e limita o teto dos novos servidores. Neste sentido, a derrota dos servidores municipais é responsabilidade de suas direções, que não organizaram o movimento para a greve já em novembro.

### *As Centrais Sindicais foram omissas na organização da luta contra a SAMPAPREV*

A maioria dos sindicatos do funcionalismo é ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Os representantes das centrais estiveram presentes nas assembleias, mas apenas como convidados. Não fizeram nenhum esforço para organizar os trabalhadores para compor a luta dos servidores. Apenas se solidarizavam com a causa, prometendo uma grande luta para o próximo ano. Prometeram uma greve geral nacional para o primeiro semestre de 2019, em função da reforma da previdência que será aplicada por Jair Bolsonaro.

Não moveram uma palha para a vitória do movimento dos servidores municipais em luta contra a SAMPAPREV. Sabemos que a derrota do movimento da cidade de São Paulo dará força a outros estados e municípios para aplicarem a reforma da previdência. Também será um trunfo para o governo do estado João Doria seguir o mesmo caminho. Além disso, diminuirá a força do movimento nacional contra os ataques à previdência anunciados pelo atual presidente .

### *O sindicalismo propositivo é incapaz de quebrar a SAMPAPREV e a Reforma da Previdência de Bolsonaro*

A greve dos municipais ocorrida em março de 2018 foi o instrumento mais importante que o funcionalismo

desenvolveu nos últimos anos para enfrentar um governo burguês. A unidade grevista do magistério com os demais setores e as manifestações massivas pelas ruas apoiadas pela população desmascararam a reforma da previdência e a política privatista dos governos golpistas de Doria/PSDB e Temer/MDB no primeiro semestre.

Um movimento daquela envergadura se tivesse alcançado a unidade com os setores da produção, a classe operária, teria quebrado a espinha dorsal do governo privatista. Como o movimento ficou limitado ao corporativismo, ao pacifismo, às pressões eleitorais da burguesia no segundo semestre, e ao jogo parlamentar na Câmara de Vereadores, o resultado só poderia ter sido a aprovação do SAMPAPREV.

O governo Covas avisou que iria fazer de tudo para aprovar o projeto em 2018. Usou as armas que tinha, desde compra de votos dos vereadores, até corte de benefícios dos partidos aliados que traíssem seu objetivo. Para os vereadores opositores, procurou enrolá-los nas malfadadas Audiências Públicas até engoli-los. As direções sindicais, por serem pacifistas, eleitoralistas, e idolatram os mecanismos da democracia burguesa, acabaram ficando reféns desse teatro na Câmara de Vereadores e acabaram ajudando a derrotar o movimento. Em março, Doria foi derrotado porque existia uma greve forte disputando ideologicamente os trabalhadores num período pré-eleitoral. Mas no segundo semestre, o funcionalismo ao dar uma trégua ao governo Bruno Covas, permitiu que ele recuperasse seus mecanismos de controle sobre seus serviços. Os 33 votos de vereadores favoráveis ao PL 621/16 do SAMPAPREV, mostraram claramente a corrupção da democracia burguesa. Que a Câmara de Vereadores continua cumprindo seu papel de balcão de negócios da burguesia financeira. Não à toa compareceram nas Audiências públicas, uma parcela de funcionários do Banco Itaú com placas defendendo a reforma, assim como, pessoas do MBL entravam e saíam usando senhas falsas. Os vereadores de oposição ao participar dessa jogatina até o final do processo, legitimaram o golpe do governo e dos capitalistas, que estavam

apreensivos para abocanhar a previdência dos servidores.

Essa tática é desenvolvida há anos pelas Centrais e sindicatos, desde os filiados à CUT até os filiados à CSP-Conlutas. É chamada de sindicalismo propositivo, pois se baseia no apoio a emendas feitas por parlamentares ditos representantes de partidos populares. A contestação se restringe a alguns aspectos das leis burguesas. Mas no geral há acordo com a essência delas. Por isso, segundos essas burocracias, os movimentos construídos não são para derrubar as leis capitalistas de exploração do trabalho. Ao contrário, os movimentos são construídos para negociar situações menos ruins para os trabalhadores.

As Reformas da Previdência, Trabalhista, Sindical, bem como a Terceirização e as privatizações são exemplos disso. Ao invés das direções sindicais organizarem movimentos grevistas para derrubar as reformas, preferiram apoiar emendas dos parlamentares, ditos de esquerda mantendo os movimentos submetidos às decisões de uma minoria burguesa. Com o SAMPAPREV não foi diferente. Por ser parte da Reforma da Previdência a nível federal, foi elaborada pelo ex-prefeito Fernando Haddad/PT em 2016. A luta contra o SAMPAPREV desde o começo esteve nos marcos do sindicalismo propositivo e de disputa na Câmara, onde o vereador e presidente do Sinpeem Claudio Fonseca/PPS foi seu principal adversário. Já na gestão Doria, o PPS passou a ser base do governo, obrigado assim a mudar sua posição em relação à reforma, passando de voraz adversário a um conciliador no campo da aplicação da reforma.

Ou seja, por mais que Cláudio Fonseca tenha votado contra o PL-621, na prática houve um acordo no campo do ataque. Isso porque deu de ombros à reivindicação da categoria de pôr abaixo o PL. Cláudio Fonseca foi favorável à manutenção do PL e apenas negociou uma reforma dita “menos pior”, em que se retirou do projeto inicial a mudança do regime previdenciário de repartição (IPREM) para o de capitalização, como queria a burguesia, e evidentemente os grandes banqueiros. Não a toa esteve fortemente presente os representantes do Banco Itaú.

Nesta nova versão da reforma da previdência, os vereadores petistas tornaram-se supostamente adversários. Elaboraram Emendas Substitutivas ao PL, mas mantendo a essência do projeto original. Evidentemente, sendo os propositores iniciais do SAMPAPREV, não teriam como se oporem integralmente a reforma, uma vez que não estavam contrários a criação de um teto previdenciário. Restava ao PT se opor em partes. Por essa razão que o PT está na base da aprovação da reforma previdenciária. Semelhante ao que ocorreu com Cláudio Fonseca, não é porque tenha votado contrário ao PL, que politicamente não seja responsável por sua aprovação. Tão mais responsável por que o PT é o primeiro autor da proposta de criação do SAMPAPREV.

Depois do pesadelo da aprovação da reforma no final do ano, as burocracias sindicais, particularmente do Sinpeem, ao invés de impulsionar a construção da greve aprovada na assembleia do dia 26/12 pela Revogação da Lei, preferiu fazer uma luta jurídica através de uma ADIN - Ação de Inconstitucionalidade. Mais uma vez, a burocracia sindical utiliza dos instrumentos da burguesia para julgar sua própria contradição. No entanto, quem tem de julgar são os trabalhadores porque não aceitam nenhuma reforma que destroem direitos.

Esse tipo de sindicalismo, tanto de apoio como de oposição propositiva, é a negação da política de defesa da vida dos trabalhadores. Essa tática tem de ser rechaçada pelo proletariado. Em seu lugar deve ser construído um sindicalismo de luta de classes.

É preciso pôr em pé um amplo movimento de frente única de ação, que consiga arrastar os assalariados e desempregados para lutar contra as reformas antinacionais e antipopulares dos governos golpistas e entreguistas de Bolsonaro/Doria/Bruno Covas. A Frente de ação, dirigida pelo proletariado, terá o caráter de luta anticapitalista e anti-imperialista, necessária para se contrapor a Frente Democrática Parlamentar burguesa, dirigida pelo PT/PCdoB e aliados.

## 5. Atuação das correntes de oposição e da Corrente Proletária

### *O eleitoralismo dos setores da Oposição*

As correntes que fazem parte da Oposição no Sinpeem composta pelas frações do PSOL, pelo PSTU, Conspiração Socialista foram favoráveis à tática da pressão parlamentar deste o primeiro momento da greve do primeiro semestre. Entre os da Oposição, apenas o PSOL tem vereadores na Câmara. No campo das esquerdas, o PT também conta com os seus. No entanto, independente de possuir ou não cargos na Câmara, todas as correntes de esquerda, a exceção do POR, contavam com esse fator, de pressão parlamentar, para derrubar o PL. Nas assembleias do segundo semestre não fizeram qualquer esforço para reverter o quadro de apatia plantado pela direção majoritária do Sinpeem. Aceitaram passivamente a orientação de enquadrar a categoria no calendário da Câmara. Sua principal palavra de ordem - “Se votar, não volta” - expressava o eleitoralismo dos partidos políticos reformistas e centristas.

Além de que, pressupõe-se a defesa da Câmara Municipal, que é um dos organismos do Estado burguês. Para o PSOL, PT, PSTU e demais agremiações partidárias, não

está colocado o combate à Câmara pela sua essência burguesa. Estes, reformista e centristas, partem do princípio de que o conteúdo burguês destes organismos pode ser combatido ou mesmo anulado no campo do funcionamento da instituição burguesa. Ou seja, basta uma maioria de candidaturas de esquerda, ditas progressistas, que a Câmara passaria a votar tudo em favor do trabalhador.

Esta premissa é falsa. Primeiro porque das eleições nunca sairá um resultado livre. Não é a livre vontade do povo que se manifestará nas eleições, mas os interesses do capital. Durante a campanha eleitoral, quem detiver o maior montante dos recursos da burguesia é quem ganhará. Desta maneira, não está colocada a constituição de uma maioria da esquerda num organismo próprio da burguesia. O que torna inócuo a chantagem de “se votar, não volta”. Quantos parlamentares aprovaram as maiores atrocidades às massas trabalhadoras e se mantêm nas casas parlamentares.

Em segundo, essa palavra de ordem débil, traz em si a negação da ação direta em favor da pressão parlamentar. Na prática, se provou que são dois campos inconciliáveis. Os que estavam pela pressão parlamentar se negaram a radicalizar e seguir a tendência de luta dos trabalhadores, que estavam por ocupar a Câmara. Foram os mesmos que se negaram a aprovar a greve imediata em função da parálítica e corporativa – apoiada nas férias dos professores – proposta de greve a começar em 4 de fevereiro. Os mesmos que aceitaram a repressão policial, pois se mantiveram dentro da Câmara, e seguiram até o fim com a farsa da votação. Por outro lado, quem estava pela ação direta e nenhuma ilusão no parlamento é quem expressou as tendências de luta da categoria.

É preciso ressaltar que essa linha política corresponde às aspirações eleitorais dessas correntes. Não se trata de posicionamentos subjetivos e pessoais. Mas, tão somente, a consequência direta da estratégia do governo dos trabalhadores por meio das eleições. Essas correntes não estão

pela derrubada do Estado burguês, mas pela sua manutenção. Desta forma, nas questões mais imediatas, não são capazes de levar adiante a luta até suas últimas consequências, uma vez que estão subordinadas à necessidade de se elegerem. Ao dizerem: “se votar, não volta” diz-se “NÃO VOTE em fulano ou em cicrano”! “VOTE em nossos candidatos”! Assim, a experiência nefasta que a categoria teve com os atuais vereadores é direcionada ao “VOTE MELHOR, MAS VOTE”. Ao invés de direcioná-la para a descrença total e imediata no Estado burguês.

É desta forma que, a defesa da revolução proletária é vital. Ainda que a revolução não esteja colocada imediatamente. Porque não é a possibilidade de sua realização imediata que se torna necessária a sua defesa, mas defendê-la é condição que garante a independência de classe, elemento este determinante na condução de qualquer movimento, incluindo os de reivindicação mais elementar, como a defesa da manutenção da previdência, sem maiores confiscos.

### *Posição da Corrente Proletária na Educação*

No segundo semestre de 2018, logo que o PL voltou a ser debatido na Câmara, a Corrente Proletária defendeu a necessidade de iniciar a greve geral do funcionalismo municipal. Nos boletins e no carro de som alertou a classe de que não se podia depositar nenhuma confiança nos vereadores. Que a pressão parlamentar só poderia ser vencida através dos métodos da ação direta.

Atuou sistematicamente para chamar os setores da Oposição a tomarem a frente do movimento e pressionar a burocracia a convocar a greve já no dia 05 de dezembro. No dia 26/12 distribuímos uma Carta Aberta à Oposição do Sinpeem convocando uma plenária geral para discutir o movimento, mesmo que o PL não fosse votado. No entanto, fomos rechaçados pelas correntes majoritárias da Oposição. Justificavam que não seria possível convocar a classe, em férias, para participar de uma plenária. Que seria

melhor fazê-la somente no final de janeiro. Já estava claro que o projeto seria votado e que a Oposição iria aceitar a posição defendida pela burocracia de convocar greve geral apenas para fevereiro.

Por fim, defendemos a necessidade da greve imediata do funcionalismo. Principalmente dos que não estavam em férias. A educação deveria compor os comandos de resistência. Fomos derrotados. No entanto, uma parcela compreendeu que nossa proposta estava correta. Apesar do rechaço da greve imediata, a Corrente Proletária procurará ser a linha de frente nas mobilizações de fevereiro.



## 6. Lições da greve

*Lições da luta contra a SAMPAPREV: abandonar as ilusões no parlamento burguês e nas direções sindicais burocratizadas*

1. A greve do primeiro semestre do funcionalismo municipal contra o PL-621 tinha tudo para ser vitoriosa. A exigência de retirada do projeto da Câmara era respaldada por mais de 100 mil grevistas. Havia naquele momento grande disposição de luta para fazer avançar o movimento. Lamentavelmente, a burocracia do sindicato suspendeu a greve sem que o prefeito retirasse o projeto.
2. A experiência mostrou, mais uma vez, que a submissão do movimento à pressão parlamentar é derrotada na certa. Alertamos constantemente em nossos boletins, no balanço da greve e nas intervenções na assembleia, que esse é o campo da burguesia, das manobras e do toma lá dá cá. O campo dos trabalhadores é o da luta direta, das greves, das ocupações, portanto, da ação coletiva e das ruas.
3. Setores da Oposição se guiaram pelo eleitoralismo. A defesa do parlamento pelos setores da Oposição está diretamente vinculada à defesa de seus “mandatos” na

Câmara Municipal. É uma forma de fortalecer seus representantes e sinalizar que somente votando em candidatos da esquerda no parlamento é que será possível resolver os problemas dos trabalhadores. Esse caminho tem levado à derrota de lutas importantes dos explorados. Arrasta milhares ao campo da política burguesa e enterra sua disposição de luta. No capitalismo, em sua fase imperialista, não é possível haver reformas progressistas, mas somente reformas reacionárias que atacam os salários, os direitos e as condições de trabalho da maioria oprimida.

4. O confisco do salário e a implantação da SAMPAPREV deve ser depositada na conta da burocracia dos sindicatos e das Centrais. Ao plantar a ilusão de que seria possível, através de manobras parlamentares, adiar a votação do PL, e não chamar a greve no segundo semestre quando o PL retornou para tramitação na Câmara, a burocracia sepultou o movimento. Ao jogar para fevereiro a greve do funcionalismo encerrou, sem qualquer organização, um ciclo de luta histórico da classe.
5. A Corrente Proletária, mostrou que única forma das massas conquistarem vitórias é através do método próprio da classe operária. É pelo método da ação direta (greve, manifestações, piquetes, ocupações, etc.) que uma parte significativa do funcionalismo avançará para posições de independência de classe e para o programa revolucionário. Faz-se urgente a constituição das frações revolucionárias no interior dos sindicatos do funcionalismo.
6. A crise econômica e, conseqüentemente, as medidas reacionárias aplicadas pela burguesia empurram as massas para o campo da luta de classes. São as direções burocráticas dos partidos e sindicatos que bloqueiam sua disposição de radicalização. Durante o período de luta contra a implantação da SAMPAPREV, o funcionalismo municipal estava disposto a ir até as últimas conseqüências para derrotar o governo e seus lacaios.

7. Certamente, a luta não se encerrou com a aprovação da reforma da previdência municipal. Logo mais, o governo ditatorial de Bolsonaro e seu seguidor Bruno Covas terão de ir mais fundo na reforma previdenciária. A greve prometida para fevereiro deve ganhar força com as novas medidas que estão por vir, entre elas o arrocho salarial. Daí a importância de fazer um balanço desse movimento e preparar as condições para enfrentar a ofensiva de governo pró-imperialistas.

## 7. Anexos

**Nenhuma ilusão no governo e nos vereadores!  
Somente a luta grevista poderá impor a retirada  
da SAMPAPREV! Unidade nacional contra os  
ataques dos governos! Não ao pagamento da  
dívida pública!**

*Boletim - 5 de dezembro de 2018*

### *Lutar contra a reforma da previdência de Bolsonaro*

O novo governo que saiu das urnas já se mostra, antes mesmo de assumir, como pró-imperialista. Defenderá os interesses dos Estados Unidos no Brasil, aplicando as reformas antipopulares, privatizando as empresas estatais e entregando as riquezas naturais, como o petróleo. Organiza um governo militar-policial, pois terá que impor um violento plano econômico ao País, ditado pelos banqueiros. Obrigatoriamente, terá que ser um governo de destruição dos direitos e repressão aos movimentos sociais.

Seu primeiro ataque virá com a reforma da Previdência, pois é exigência do capital financeiro para que o Brasil pague os juros da gigantesca e extorsiva dívida pública.

Como se vê, o novo governo eleito não tem nada de novo. Irá atacar a vida das massas, com desemprego, precarização das condições de trabalho e retirada de direitos conquistados com muita luta. Não podemos aceitar mais nenhuma derrota. A burguesia e seus governos que paguem pela crise que criaram!

### *Somente a luta grevista poderá impor derrotas ao governo*

Para derrubar o projeto da Sampaprev é preciso impor outra derrota ao governo. A greve do primeiro semestre colocou pra correr o prefeito João Doria e seus lacaios. Agora é preciso retomar a luta grevista e fazer o prefeito de plantão, Bruno Covas/PSDB, retirar definitivamente o PL 621 da Câmara.

Já sabemos, por experiência, que não podemos confiar um milímetro sequer nos vereadores. Já fomos traídos com a imposição dos 30 dias de conversa fiada do Grupo de Estudo (deveria ser 120 dias). Sabemos que esses grupos e “mesas de negociação”, criados pelos políticos da burguesia, só servem para enrolar o trabalhador.

É preciso muita atenção às manobras da burocracia sindical, para que não sufoque a luta dos trabalhadores em torna da tramitação do PL na Câmara. Esse é caminho que querem trilhar, ou seja, das negociatas parlamentares como forma de “amenizar” o confisco sobre os salários. A bandeira de “14 a 19% NÃO!” pode significar uma aceitação de outro índice abaixo de 14%, apenas para que a Sampaprev seja aprovada. Nossa luta é pela retirada já!

Além disso, é preciso unificar os setores do funcionalismo municipal. É preciso deixar as vaidades políticas de lado. A educação, por ser o setor majoritário do funcionalismo, pode contribuir para trazer os outros setores para uma greve massiva que imporá derrota ao projeto de confisco salarial e privatização da previdência municipal. O Sinpeem tem a tarefa de unificar os setores do funcionalismo. Somente a luta unitária trará vitórias!

Nossa tarefa nessa assembleia é rechaçar o PL e exigir sua retirada imediata. Essa é a única negociação que podemos aceitar. Qualquer outra negociação é traição. Não iremos aceitar pagar as dívidas da prefeitura com nosso salário. Tomar as ruas em grandes manifestações, paralisando as atividades do serviço público de São Paulo é o único caminho para a vitória.

### *Unidade nacional contra as medidas antinacional e antipopular da burguesia e de seus governos*

A reforma da Previdência é uma exigência dos banqueiros para garantia da dívida pública. Não está totalmente descartada a hipótese de Temer a colocar em votação. De qualquer maneira, Jair Bolsonaro já prometeu que no início de seu mandato irá colocar para votar a sua proposta de reforma. Pretende ampliar ainda mais o ataque ao conjunto dos trabalhadores assalariados.

No estado de São Paulo, João Doria/PSDB não ficará para trás. Logo virá com uma proposta de reforma. Na prefeitura já estamos às voltas com a Sampaprev na Câmara. Todos os governos, de todas as esferas de poder, estão se organizando para saquear os parques salários dos trabalhadores.

É preciso uma unidade de fato para barrar esses ataques. É preciso organizar a classe operária, os camponeses, a juventude explorada e servidores públicos em uma ampla frente de luta contra as reformas, o desemprego, o arrocho salarial, a destruição dos serviços públicos e a perda de direitos sociais. Somente a unidade poderá colocar em xeque as pretensões da burguesia financeira e de seus lacaios que estão nos governos.

Não podemos admitir a atitude traidora das direções, a exemplo da Força Sindical, que já prometeu colaborar com o futuro governo, fazendo uma “oposição propositiva”. A CUT, o MST e a UNE, entidades dirigidas pelo PT/PCdoB, também têm se adaptado na prática ao bolsonarismo, dando peso à política de oposição parlamentar.

A Corrente Proletária na Educação exige que as Centrais Sindicais e os sindicatos convoquem imediatamente a luta nacional contra os ataques da burguesia e de seus governos. Somente um grande movimento poderá quebrar a espinha dorsal do governo antinacional e antipopular de Bolsonaro, Doria e Covas. Nada de passividade! Unidade na luta já, erguendo as reivindicações gerais dos explorados, de defesa dos empregos, salários, direitos e condições de vida!

## **Pôr abaixo a SAMPAPREV! Greve do funcionalismo municipal! Ninguém de férias! Nenhuma confiança no parlamento! Ampla democracia operária nas assembleias!**

*21 de dezembro de 2018*

O governo de Bruno Covas/PSDB quer aprovar a reforma da previdência do funcionalismo municipal ainda em 2018. Sua intenção é aproveitar que o ano está terminando e os servidores estão desmobilizados e colocar os vereadores para votarem o PL 621. Segundo o jornal Estadão do dia 19/12, o prefeito já marcou a votação da Sampaprev entre os dias 26 e 29 de dezembro.

O plano é aumentar o atual índice de contribuição do trabalhador de 11% para 14%, entre outras medidas. Os governistas alegam que, caso não se aprove a alteração, não haverá dinheiro para pagar os futuros aposentados. Não podemos cair nessa armadilha! Nós sempre pagamos nossa parte na previdência, até mesmo depois de aposentados!

Os servidores não podem ter ilusão alguma na Câmara de Vereadores, trata-se de uma corja de serviços dos banqueiros e do governo. Nada de entrar em férias! Manter a mobilização massiva, convocando todo o funcionalismo municipal! É tarefa dessa assembleia deliberar a greve de todo o funcionalismo a partir do dia 22 de dezembro. Iniciar o ano de 2019 em greve, fazendo a discussão com a comunidade escolar, denunciando todos os ataques promovidos pelo governo aos explorados.

## *Unidade do funcionalismo municipal com os demais trabalhadores*

No primeiro semestre de 2018, os trabalhadores municipais fizeram 17 dias de greve contra o PL 621, que pretendia confiscar parte de seus salários. Na ocasião, os vereadores e o prefeito, pressionados pela massiva onda grevista, recuaram da votação do projeto. Pretendiam retirar até 19% de nossos salários. Prometeram, então, que iriam “estudar” o projeto no prazo de 120 dias (contados a partir da instauração da comissão). Mas, foram somente promessas vazias. Agora, depois de passadas as eleições, voltaram com a carga toda. Essa manobra do parlamento só confirma nossa posição de que não podemos nos curvar diante do seu calendário.

Além disso, é de extrema importância que as direções dos sindicatos dos servidores municipais deixem de lado suas disputas aparelhistas e chamem a unidade de fato, pois essa é a única via para derrotar o governo.

Os trabalhadores da iniciativa privada também sofrerão ataques. O governo federal, que será ocupado por Jair Bolsonaro, também quer dilapidar suas aposentadorias. Se Bolsonaro tiver êxito, ficará muito mais difícil para o trabalhador e as futuras gerações se aposentarem. Pretende aumentar o tempo de contribuição e de idade e introduzir o sistema de capitalização. Com o desemprego elevado como está, será mesmo impossível conseguir se aposentar.

A Corrente Proletária na Educação chama os trabalhadores a apoiarem os servidores públicos nessa luta contra o prefeito Bruno Covas e seus vereadores. Somente a unidade do conjunto dos explorados poderá colocar fim aos ataques dos governos e dos patrões.

## *Os problemas na atribuição foram uma tentativa de desviar a luta contra a Sampaprev*

Na última semana, durante o processo de atribuição de aulas dos professores municipais, Bruno Covas/Schneider divulgaram medidas que atacam os direitos dos tra-



balhadores.

As Instruções Normativas 26, 27 e 28 têm como objetivo eliminar a autonomia do Conselho de Escola ao atribuir aos diretores de escola a indicação do professor de Sala de Leitura, de Informática Educativa e professor de apoio pedagógico (antigo PRP). Cabe agora ao Conselho apenas referendar a indicação do diretor. Além disso, aponta para a tendência de ampliação do corte de gastos na Educação, com a retirada ou substituição dos projetos nas escolas, cessação dos laudos de readaptação e terceirização da gestão escolar.

O governo utiliza como justificativa uma suposta melhoria do atendimento às crianças, pois estaria evitando interrupções no processo educativo ao longo do ano letivo. Mas, na verdade, esconde que os reais motivos dessas interrupções são o módulo reduzido de docentes, as exonerações e afastamentos médicos, dada as precárias condições de trabalho.

O governo encontrou uma maneira de desviar a atenção dos professores, que são a maioria dos servidores municipais, gerando confusão no processo de atribuição. Não é coincidência que as instruções tenham sido publicadas logo após a massiva paralisação do dia 05 de dezembro. Essa é a forma que o prefeito Covas encontrou para atacar ainda mais os servidores da educação.

No entanto, a classe não arredará o pé das ruas enquanto o PL não for retirado e as instruções não forem revogadas. Total autonomia ao Conselho de Escola! Abaixo o autoritarismo do governo Covas!

### *Derrotar as reformas antinacionais e antipopulares com a luta de classes*

O futuro presidente, Jair Bolsonaro, não poupará esforços para atacar a vida da maioria explorada. Os servidores públicos já estão em sua mira. Pretende aprovar a reforma da previdência no início de 2019. Trata-se de uma exigência do capital financeiro, ou seja, do imperialismo.

Ao constituir um governo militar, demonstra que não aceitará qualquer mobilização que se contraponha aos seus interesses. Está avalizado pelos banqueiros, que querem colocar as mãos sujas no dinheiro suado dos trabalhadores. Isso se explica pelo fato de que a crise econômica tende a se agravar no próximo ano e os bancos exigem que o juro da dívida pública seja pago.

Aos explorados resta lutar contra as reformas antinacionais e antipopulares dos governos e dos banqueiros. E não será através da pressão parlamentar ou de uma “oposição propositiva”, como defende o PT e a CUT, que teremos conquistas. Será através da luta de classes, com a utilização dos métodos próprios da classe operária, que os explorados poderão barrar essas medidas nocivas ao salário, emprego e condições de trabalho.

É urgente a retomada da greve geral de abril de 2017! Essa assembleia precisa exigir das centrais sindicais e dos sindicatos que saiam da passividade e organizem a classe operária e demais explorados para a defesa de suas reivindicações!

*O PL 621 foi aprovado em primeira votação*  
**Derrotar a SAMPAPREV com a greve imediata do funcionalismo municipal! Pela retirada definitiva do projeto! Nada de férias! As centrais, sindicatos e movimentos precisam sair do imobilismo!**  
**É preciso construir a mais ampla unidade dos trabalhadores do país contra a reforma da previdência e os demais ataques dos governos!**

*26 de dezembro de 2018*

Na madrugada do dia 21 para o 22/12, em pleno período de férias da educação, a Câmara de Vereadores aprovou, em primeira votação, o PL 621 (reforma da previdência – Sampaprev). Foram 33 votos contra 16. O projeto necessita ainda ser aprovado em segunda votação pela Câmara e depois ser sancionado pelo prefeito. Trata-se de um pro-

jeto que visa, a curto prazo, confiscar mais 3% do salário dos servidores e a médio e longo prazo, destruir o IPREM. O argumento do governo é o suposto déficit do setor.

Os trabalhadores não podem aceitar esse argumento. A resposta deve ser: nenhum centavo a mais de contribuição! Os capitalistas que arquem pela sua crise!

Na verdade, os vereadores não votaram a favor da reforma por motivos “técnicos” relacionados às finanças da prefeitura. Votaram porque expressam o interesse geral da burguesia de retirar direitos e cortar gastos, tendo em vista a crise econômica. Não há separação entre a proposta municipal, estadual e federal de reforma da previdência. Trata-se de um projeto só, imposto pelos banqueiros nacionais e estrangeiros. No fundo está o problema da dívida pública. O capital financeiro exige a sangria do país para que se garanta a continuidade do pagamento da dívida extorsiva.

Há também o interesse dos bancos em privatizar a previdência. São fundos milionários e que fornecem lucros permanentes. Por isso, existe um lobby poderosíssimo em favor da destruição da nossa previdência, que ainda é pública. São esses mesmos interesses que levaram o governo a chantagear os parlamentares com o corte de cargos indicados, como foi admitido pelo vereador Ota, em vídeo que circula pelas redes sociais.

Logo, não é possível mais, diante de tantas evidências, seguir acreditando no método da pressão parlamentar. Os vereadores não se movimentam por bons discursos; respondem somente aos interesses gerais de classe da burguesia, por pressões corporativas e por dinheiro, muito dinheiro! Nosso campo de luta, onde é possível obter uma vitória, é o campo da independência de classe, com o método da ação direta. A conquista parcial de março deste ano só se deu por conta da greve ativa, que contou com manifestações gigantescas do funcionalismo, levando 100 mil às ruas. Não foram as manobras de obstrução e de adiamento da tramitação que nos conduziram à vitória.

Pelo contrário, o que a prática demonstrou é que a tá-

tica de retardar a constituição do “grupo de estudo” do governo se mostrou inócua. Bruno Covas e o presidente da Câmara, Milton Leite, colocaram o PL em votação exatamente quando queriam: ao apagar das luzes, em pleno dezembro, quando os servidores se encontram já dispersos em função das férias. A Corrente Proletária na Educação sempre alertou a categoria para o perigo de seguir o calendário da Câmara e para o equívoco de aplicar o método da pressão parlamentar.

Verdade seja dita, perdemos todo o período de março até agora, quando a classe se mostrava com disposição de luta diante da vitória sobre o então prefeito Doria, momento que poderíamos passar à ofensiva até a retirada do projeto. A responsabilidade da falta de ação cabe à direção majoritária do Sinpeem e às burocracias dos outros sindicatos. Preferiram manter o método viciado de se guiar pela agenda do Parlamento, dizendo que deveríamos esperar o projeto entrar em pauta, alimentando a ilusão na categoria de que seria possível vencer o governo nesse terreno.

Deu no que deu, agora temos que correr atrás do prejuízo e radicalizar no método para derrotar a Sampaprev. É hora de colocar em pé uma poderosa GREVE DO FUNCIONALISMO! E para construir essa mobilização, a Corrente Proletária na Educação defende:

- 1) **Que as centrais, sindicatos e movimentos (moradia, sem terra etc.) saiam do imobilismo e se integrem imediatamente e de fato à essa luta.** *A derrota do PSDB na cidade de São Paulo será decisiva para construir a mobilização necessária em defesa dos salários, empregos, direitos e condições de vida daqui por diante. Inversamente, se for aprovada a reforma aqui na capital paulista, a tendência é que se fortaleça a posição da burguesia de aplicar a reforma em âmbito nacional e de seguir destruindo direitos;*
- 2) **Que seja instaurada a assembleia no dia 26, para que os trabalhadores decidam sobre os rumos do movimento, como manda o princípio da democracia ope-**

**rária.** Houve o equívoco do dia 21 de não ter sido instaurada a assembleia, estabeleceu-se tão somente o ato, sem que as falas adquirissem caráter decisório. Não importa se o presidente não pode vir ao carro de som, a direção do sindicato deve assumir a condução da assembleia, garantindo que as propostas sejam apreciadas pela base.

- 3) Que seja reafirmada a reivindicação da categoria, que é de retirada total e imediata do PL 621.** Não podemos cair na armadilha da apresentação de substitutivos, emendas e modificações. Até porque, quem teria de decidir sobre tais propostas seriam os mesmos vereadores que já votaram a favor do projeto e estão influenciados pela chantagem do governo e pelo lobby dos bancos e dos empresários.
- 4) Que sejam formados comandos de mobilização regionais.** Para construir uma poderosa greve do funcionalismo municipal é necessário organizar os comandos de mobilização para atuar nos bairros, paralisando todos os setores e buscando o apoio da população.
- 5) Nada de senha, todos devem ser autorizados a entrar e acompanhar a votação de dentro da Câmara.** Trata-se de um critério democrático. A burguesia não gosta de repetir que aquela é a “Casa do Povo”? Então, o povo quer entrar. Que não se repita a palhaçada do dia 21, quando a vereadora Janaína Lima colocou gente, provavelmente paga, pela porta dos fundos, para “torcer” a favor da reforma. Não. Os portões devem permanecer abertos!

## **CARTA ABERTA DA CORRENTE PROLETÁRIA NA EDUCAÇÃO ÀS CORRENTES DE OPOSIÇÃO QUE ATUAM NO SINPEEM**

*(Alternativa para Resistir e Avançar - APRA /  
Coletivo Resistência / Coletivo Independentes  
de Luta / Coletivo Reviravolta na Educação  
– CSP CONLUTAS / Conspiração Socialista /  
Liga Proletária Marxista / Luta Educadora /*

*Movimento Nossa Classe Educação – MRT/  
Resistência e Luta – Corrente sindical e popular  
/ Oposição de Luta / Unidade Classista)*

*26 de dezembro de 2018*

Diante do imobilismo da direção majoritária do SINPE-EM, desde o final da greve em março/2018; diante da tática das direções de submeter os métodos próprios da categoria (greves, manifestações, ocupações, etc.) às negociações parlamentares; do descumprimento da deliberação de greve caso o governo recolocasse o PL 621/16 em pauta; da completa ausência de democracia nas assembleias e, consequentemente, da aprovação do PL 621/16 em primeira instância, é preciso corrigir o curso do movimento contra o SAMPAPRE.

Para isso, faz-se necessário constituir uma frente única com todas as organizações de oposição à burocracia do SINPEEM, por meio da mais ampla democracia e independência de classe. Nossa luta deve basear-se num programa e método que de fato sirvam à unificação do funcionalismo.

Por isso, convocamos toda a militância para a realização de uma Plenária de base, a fim de discutir e deliberar sobre o movimento que colocará abaixo o PL 621/16 e organizar a luta para o próximo ano.

*Proposta: Dia 28/12/18*

*Horário: 15:00 horas*

*Local: Subsede APEOESP – Oeste Lapa*